

EXTRATO DA PORTARIA Nº 047/2012-MP/3ªPJ/MA/PC/HU
A PROMOTORIA DE JUSTIÇA DO MEIO AMBIENTE, PATRIMÔNIO CULTURAL, HABITAÇÃO E URBANISMO DA COMARCA DE BELÉM resolve instaurar o PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO PRELIMINAR Nº 046/2012-MP/3ªPJ/MA/PC/HU.
Data da Instauração: 30/08/2012
Objeto: Apuração dos constantes alagamentos nas ruas Araguari, Jandaia, Jacamin e Pitanã do Conjunto Benjamin Sodré, situado na Rodovia Augusto Montenegro, advindos do transbordamento do canal situado ao final do Conjunto, o que vem contribuindo para o desacordo com o Código de Postura do Município e dificultando a mobilidade de pedestres idosos e deficientes físicos, tendo em vista que os moradores tentam impedir a entrada da água nas casas, construindo barreiras e calçadas mais elevadas.
Promotor de Justiça: Raimundo de Jesus Coelho de Moraes.

Protocolo 910553
EXTRATO DA PORTARIA Nº 002/2012-2ªPJM
PROCEDIMENTO INVESTIGATÓRIO CRIMINAL Nº 002/2012-2ªPJM
Data da Instauração: 02/10/2012
Promotoria de Justiça: PROMOTORIA DE JUSTIÇA MILITAR
Objeto: apurar suposto extravio de documentos na Assembleia Legislativa do Estado do Pará por policiais militares lotados neste órgão, bem como instauração de sindicância para apuração de infração penal em ofensa ao Código de Processo Penal Militar.
Promotor de Justiça: Armando Brasil Teixeira

Protocolo 910562
EXTRATO DA PORTARIA Nº 02/2012-11ªPJMARABÁ
PROCEDIMENTO INVESTIGATÓRIO CRIMINAL Nº 02/2012-11ªPJM
Data da Instauração: 13/04/2012
Promotoria de Justiça: 11ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE MARABÁ
Objeto: Apuração de eventual cometimento dos crimes descritos nos arts. 89 e 90 da Lei nº 8.666/1993, 288 e 312 do Código Penal e art. 1º, V da Lei nº 9.613/1995, *in tese* praticados pelo ex-Secretário Municipal de Viação e Obras Públicas de Marabá, o assessor especial da Secretaria Municipal de Viação e Obras Públicas - SEVOP, e membros da Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura de Marabá.
Promotor de Justiça: Mayanna Silva de Souza Queiroz

Protocolo 910569
PORTARIA N.º 7754/2015-MP/PGJ
O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA JURÍDICO-INSTITUCIONAL, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela PORTARIA Nº 4574/2013-MP/PGJ, de 24 de Julho de 2013;
CONSIDERANDO o disposto no art. 18, inciso IX, alínea f, da Lei Complementar Estadual nº 057, de 06 de julho de 2006 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará);
CONSIDERANDO a vacância do 1º cargo das Promotorias de Justiça de Salinópolis;
CONSIDERANDO a necessidade de assegurar a eficaz continuidade dos serviços ministeriais no âmbito do 1º cargo das Promotorias de Justiça de Salinópolis;
CONSIDERANDO que a designação de Promotor de Justiça deve recair, preferencialmente, sobre Promotores de Justiça da mesma entrância e do mesmo polo;
R E S O L V E:
DESIGNAR a Promotora de Justiça ÉRIKA MENEZES DE OLIVEIRA para exercer nas Promotorias de Justiça de Salinópolis, as atribuições do 1º cargo, no período de 16 a 23/12/2015, sem prejuízo das demais atribuições.
PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMpra-SE.
GABINETE DA SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA JURÍDICO-INSTITUCIONAL. Belém, 10 de dezembro de 2015.

MARIO NONATO FALANGOLA
Subprocurador-Geral de Justiça,
Área jurídico-institucional, em exercício
PORTARIA N.º 7755/2015-MP/PGJ
O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA JURÍDICO-INSTITUCIONAL, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela PORTARIA Nº 4574/2013-MP/PGJ, de 24 de julho de 2013,
CONSIDERANDO o disposto no art. 18, inciso IX, alínea f, da Lei Complementar nº 057, de 06 de julho de 2006 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará);
CONSIDERANDO a necessidade de assegurar a atuação ministerial no âmbito do cargo da Promotoria de Justiça de Oeiras do Pará;
CONSIDERANDO que a designação de Promotor de Justiça deve recair, preferencialmente, sobre Promotores de Justiça da mesma entrância e do mesmo polo;
CONSIDERANDO os termos do Ofício n.º 157/2015-MP/PJO, datado de 20/11/2015, protocolizado sob n.º 55261/2015, em 20/11/2015;

R E S O L V E:
DESIGNAR o Promotor de Justiça LUIZ DA SILVA SOUZA para, sem prejuízo das demais atribuições e em atuação conjunta, oficial nas sessões do Tribunal do Júri, de atribuição do cargo da Promotoria de Justiça de Oeiras do Pará, nos processos e dias indicados, podendo adotar medidas pertinentes, inclusive interpor recursos:
I - n.º 0003928-93.2014.814.0036, dia 3/12/2015, Rosivaldo Miranda Teles;
II - n.º 0000189-59.2007.814.0036, dia 4/12/2015, Carlos Henrique dos Santos Magalhães;
III - n.º 0000246-09.2009.814.0036, dia 11/12/2015, Ronilson Medeiros Ribeiro.
PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMpra-SE.
GABINETE DA SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA JURÍDICO-INSTITUCIONAL. Belém, 10 de dezembro de 2015.

MARIO NONATO FALANGOLA
Subprocurador-Geral de Justiça,
Área jurídico-institucional, em exercício
PORTARIA N.º 7756/2015-MP/PGJ
O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA JURÍDICO-INSTITUCIONAL, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela PORTARIA Nº 4574/2013-MP/PGJ, de 24 de Julho de 2013;
CONSIDERANDO o disposto no art. 18, inciso IX, alínea f, da Lei Complementar nº 057, de 06 de julho de 2006 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará);
CONSIDERANDO a licença do Promotor de Justiça Carlos Eugênio Rodrigues Salgado dos Santos;
CONSIDERANDO a atuação do Promotor de Justiça Aldo de Oliveira Brandão Saife como Ouvidor do Ministério Público do Estado do Pará;
CONSIDERANDO a necessidade de garantir a eficaz continuidade dos serviços ministeriais no âmbito do 1º e 2º cargos da Promotoria de Justiça da Infância e Juventude de Ananindeua;
CONSIDERANDO os termos do expediente protocolizado sob n.º 58363/2015;
R E S O L V E:
DESIGNAR a Promotora de Justiça PATRÍCIA DE FÁTIMA DE CARVALHO ARAÚJO para exercer na Promotoria de Justiça da Infância e Juventude de Ananindeua, as atribuições do 1º e 2º cargos, no período de 9/12/2015 a 7/1/2016, sem prejuízo das demais atribuições.
PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMpra-SE.
GABINETE DA SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA JURÍDICO-INSTITUCIONAL. Belém, 10 de dezembro de 2015.

MARIO NONATO FALANGOLA
Subprocurador-Geral de Justiça,
Área jurídico-institucional, em exercício
Protocolo 910579
EXTRATO DA PORTARIA Nº 001/2013/PIC-MP/7ªPJ
Data da Instauração: 29/11/2013
A 7ª PROCURADORIA DE JUSTIÇA torna pública a instauração do PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO PRELIMINAR Nº 001/2013
Objeto: apurar os fatos narrados no relatório do TCM/Pa sobre a representação feita pelo nacional Edinaldo Oliveira reis, sem prejuízo da instauração do competente Inquérito Policial.

Procurador de Justiça: Nelson Pereira Medrado
Protocolo 910583
RESUMO DA PORTARIA Nº 25/2015/13ª PJMAB
A 13ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE MARABÁ torna pública a instauração do PROCEDIMENTO PRELIMINAR nº 000497-940/2015, o qual se encontra à disposição na sede da Promotoria de Justiça, situada na Rua das Flores, s/nº, Bairro Agrópole do Incra, Marabá-PA.
Objetivo: Acompanhar funcionamento da Sala de Recursos Multifuncionais da Escola Estadual Plínio Pinheiro.

Protocolo 910593
AVISO Nº 035/2015-CSMP
Faço público, a quem interessar possa, que a 24ª Sessão Ordinária do Conselho Superior, realizar-se-á no dia 17 de dezembro de 2015, às 9h, no Plenário "Procurador de Justiça Octávio Proença de Moraes", no quarto andar do Edifício-Sede do Ministério Público do Estado do Pará, situado à Rua João Diogo nº 100, bairro da Cidade Velha, nesta cidade, para apreciação da pauta a seguir:
ITENS DA PAUTA:
1. Julgamento de Processos:
1.1. Processos de Relatoria do Conselheiro **NELSON PEREIRA MEDRADO:**
1.1.1. Processo 000085-151/2014
Requerente: Ministério Público do Estado do Pará
Requerido: Escola de Governo do estado do Pará
Origem: 2ª PJ de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade

Administrativa da Capital
Assunto: Alteração de Termo de Ajustamento de Conduta, visando ampliar o público alvo de cursos de pós-graduação ofertados pela EGPA.
1.1.2. Processo 002184-116/2013
Requerente: Ministério Público do Estado do Pará
Requerido: Tribunal de Contas do Estado do Pará
Origem: 3ª PJ de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa da Capital
Assunto: Apurar denúncia de existência de funcionários fantasma no TCE/PA
1.1.3. Processo 000382-116/2013
Requerente: Sindicato dos Mototaxistas do Município de Belém - SINDMOBEL
Requerido: Companhia de Transportes do Município de Belém - CTBEL
Origem: 4ª PJ de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa da Capital
Assunto: Apurar denúncia de irregularidades com relação ao Edital da Concorrência Pública nº 001/2012, para permissão de atuação para mototaxistas.
1.1.4. Processo 006926-003/2015
Requerente: Real Comércio de Móveis Ltda.
Requerido: Prefeitura Municipal de Curuçá
Origem: PJ de Curuçá
Assunto: Apurar denúncia de irregularidades no pregão presencial nº 004/2013, realizado pela Prefeitura Municipal de Curuçá
1.1.5. Processo 000095-012/2015
Requerente: I.C.A.F.; .G.N.A.F.S.
Requerido: Secretaria Municipal de Saúde - SESAU; Secretaria Estadual de Saúde - SESP
Origem: 2º PJ da Infância e Juventude de Ananindeua
Assunto: Apurar o tratamento dispensado a criança portadora de autismo, hiperatividade e alergia não especificada.
1.1.6. Processo 000537-450/2015
Requerente: M.S.; Secretaria de Direitos Humanos - Disque 100
Requerido: C.M.
Origem: 2º PJ da Infância e Juventude de Ananindeua
Assunto: Apurar denúncia do disque 100 nº 814791
1.1.7. Processo 000156-012/2015
Requerente: Ministério Público do Estado do Pará; Raimunda Cristina Evangelista Silva
Requerido: Secretaria de Estado de Educação
Origem: 1º PJ Cível e de Defesa Comunitária e Cidadania de Icoaraci
Assunto: Apurar deficiências estruturais e irregularidades na Escola Estadual de Ensino Médio e Fundamental localizada na ilha de Cotijuba
1.1.8. Processo 000077-012/2015
Requerente: Ministério Público do Estado do Pará; Raimunda Cristina Evangelista Silva
Requerido: Prefeitura Municipal de Santarém Novo
Origem: PJ de Santarém Novo
Assunto: Apurar as condições de funcionamento do Conselho Tutelar de Santarém Novo
1.1.9. Processo 000277-125/2014
Requerente: Ministério Público do Estado do Pará; Ministério Público Federal
Requerido: Coordenadoria de Comunicação Social do Município de Belém
Origem: 4ª PJ de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa da Capital
Assunto: Apurar a contratação de servidores sem concurso público
1.1.10. Processo 000107-151/2014